



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC nº 12.349/16**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato da Presidente do **BBPREV – Paraíba Previdência, Sr. Yuri Simpson Lobato**, concedendo Pensão por morte do servidor José Lourenço Marinho, 2º Sargento, Matrícula nº 511.024-6, tendo como beneficiária **Severina Sales Marinho**. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Cons. em exercício - Relator**

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a Joaquim de Carvalho Coura.

É o voto!

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Cons. em exercício - Relator**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### 1ª CÂMARA

Processo TC nº 12.349/16

Objeto: Pensão

Beneficiário: **Severina Sales Marinho**

Servidor (a): **José Lourenço Marinho**

Órgão: **PBPREV – Paraíba Previdência**

Gestor(a) Responsável: Sr. Yuri Simpson Lobato

Procurador/Patrono: Jovelino Carolino Delgado Neto/Outros

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC 1.544/2018

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 12.349/16**, referente à concessão de Pensão por morte do servidor José Lourenço Marinho, 2º Sargento, Matrícula nº 511.024-6, tendo como beneficiária **Severina Sales Marinho.**, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento o Representante do Ministério Público.

**TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.**

João Pessoa, 02 de agosto de 2018.

Assinado 7 de Agosto de 2018 às 09:37



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**

PRESIDENTE

Assinado 6 de Agosto de 2018 às 14:04



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira**

**Filho**

RELATOR

Assinado 7 de Agosto de 2018 às 14:07



**Manoel Antonio dos Santos Neto**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO